

05 DEZ 1990

Cortes já prevêem redução de investimentos para 91

JORNAL DE BRASÍLIA

J. França 14.06.85

O programa de cortes em estudo no Ministério da Economia atingirá, também, os investimentos do governo federal para 1991, que sofrerão uma pequena redução em relação a 1990, em vez do crescimento de 20% estabelecido no Orçamento Geral da União (OGU), em discussão no Congresso Nacional. A informação foi dada ontem à Agência Estado pelo diretor do Departamento de Orçamentos da União (DOU), Cláudio Forghieri. Segundo ele, será feito um corte máximo de 10% nas despesas governamentais do próximo ano (incluindo gastos em custeio e investimentos) e não mais 20% ou 30%, como estava previsto originalmente.

O projeto do OGU prevê um total de investimentos de Cr\$ 307 bilhões (valores de maio passado) para 1991. Na hipótese de esta rubrica apresentar crescimento zero — a mais otimista, na opinião de Forghieri — o total cairia para Cr\$ 256 bilhões. Na rubrica custeio, o OGU fixa despesas de Cr\$ 3,1 trilhões no próximo ano e neste item os cortes poderão avançar sobre cerca de Cr\$ 400 bilhões do total.

Forghieri informou que os técnicos do DOU concluíram que seria praticamente impossível promover uma redução adicional de despesas, além de 10% no próximo ano. "Se cortássemos acima desse percentual, não rasparíamos os ossos do governo, mas sim os quebraríamos" — afirmou. Observou que o projeto do orçamento da União em tramitação no Congresso apresenta pouca margem para cortes.

O percentual exato de cortes sobre os gastos de custeio (salários, material de expediente, cafezinho etc) e investimentos (construção e manutenção de estradas, entre outros) será definido dentro de 15 dias. Até lá, o Congresso já deverá ter aprovado o OGU e a Receita Federal concluído um detalhado levantamento sobre a redução da arrecadação tributária de 1991, em função da recessão. Os cortes adicionais serão adotados para compensar a queda da receita.

O volume de cortes será definido em decreto do presidente Fernando Collor. No dia 21, Collor ordenará pessoalmente a redução de despesas, durante reunião ministerial. Depois da definição do percentual de redução, caberá a cada órgão do governo estabelecer o que cortará para atender à meta determinada.

Os cortes de despesas serão acompanhados de medidas para aumentar a arrecadação tributária, como a intensificação do combate à sonegação, aumento das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de bebidas alcoólicas e refrigerantes e modernização da sistemática de cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR). Esta última medida poderá gerar um ganho extra de Cr\$ 20 bilhões em 1991, em valores de dezembro de 1990.

A intensificação do combate à sonegação terá início já no próximo dia 15. A Receita Federal está concluindo o programa que envolve até mesmo a suspensão das férias dos fiscais da receita em janeiro. O diretor do Departamento da Receita Federal, delegado Romeu Tuma, fez um apelo aos funcionários do órgão para colaborar com o esforço do governo.



Para Dorneles, falta de tempo transformou em mera "mentirinha" votação de Plano Plurianual